



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638900 - SP (2021/0003707-3)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : PAULO SERGIO PISARA VICTORIANO
ADVOGADO : PAULO SÉRGIO PISARA VICTORIANO - SP133606
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALEXANDRA CAMPOS DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALEXANDRA CAMPOS DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2001852-93.2021.8.26.0000).

A paciente foi presa em flagrante no dia 6/1/2021 pelo cometimento, em tese, do crime tipificado no art. 155, § 2º, II, e 2-A, I, do Código Penal. No mesmo dia, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que "temos que o mesmo não fundamentou sua decisão com o devido apuro que o caso mereceria, pois a paciente é primária, possui residência fixa e ainda é genitora de uma criança abaixo de 12 anos, com o que já foi decidido pelo Pretório Excelso em sua 2ª Turma, que gestantes e mães de crianças abaixo de 12 anos, primárias e acusadas de crimes sem violência ou grave ameaça, devem ser aplicadas medidas cautelares diferentes da prisão. " (fl. 6)

Aduz, que "trata-se de acusada primária sem qualquer condenação com trânsito em julgado, além do que, é genitora de criança de 3 anos de idade (certidão de nascimento em anexo), onde o Supremo Tribunal Federal decidiu que, gestantes e mães de filhos menores de 12 anos, devem cumprir prisão provisória em regime domiciliar. " (fl. 8)

Alega, por fim, que "cumpre dizer que este defensor impetrou ordem em “habeas corpus” para outro réu acusado de roubo no mesmo plantão onde, apesar dos casos serem totalmente díspares, o despacho do I. Desembargador do plantão foi idêntico, o que a nosso ver, sempre com todas as “venias” e respeito, houve falta de análise e fundamentação idônea ao pedido aqui tratado (doc. 02). " (fl. 8)

Requer, liminarmente, e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ou a

substituição por prisão domiciliar

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto, os antecedentes criminais da paciente não deixam dúvidas quanto à contumácia delitiva, uma vez que esta já se encontrava e liberdade provisória, concedida há menos de dois meses, conforme exposto na decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva:

Anoto, de proêmio, que a indiciada foi presa em flagrante delito por crime de igual jaez em outubro/2020, sendo que naquela oportunidade foi agraciada com liberdade provisória cumulada com cautelares diversas do cárcere, sendo certo que passado menos de dois meses, voltou a delinquir, o que denota sua personalidade desvirtuada voltada a prática de crimes, sendo de rigor a imposição da medida mais gravosa, a fim de impedir o cometimento de novos delitos.

Nesse sentido, considerando que não respeitou as medidas cautelares anteriormente impostas em outro feito criminal, não se revelam suficientes e adequados sua nova tentativa de imposição nestes autos.

Ademais, NÃO há, ainda, indicação precisa de endereço fixo que garanta a vinculação ao distrito da culpa, denotando que a cautela é

necessária para a conveniência da instrução criminal e de eventual aplicação da lei penal, nem de atividade laboral remunerada, de modo que as atividades ilícitas porventura sejam fonte ao menos alternativa de renda (modelo de vida), pelo que a recolocação em liberdade neste momento (de maneira precoce) geraria presumível retorno às vias delitivas, meio de sustento.

Deixo de converter o flagrante em prisão domiciliar porque ausentes os requisitos previstos no artigo 318 do Código de Processo Penal. Deixo, ainda, de aplicar qualquer das medidas previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, conforme toda a fundamentação acima (CPP, art. 282, § 6º). E não se trata aqui de decretação da prisão preventiva com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena (CPP, art. 313, § 2º), mas sim de que as medidas referidas não têm o efeito de afastar o acusado do convívio social, razão pela qual seriam, na hipótese, absolutamente ineficazes para a garantia da ordem pública. (fls. 25-26)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente